

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SUPORTE POTENCIAL: ALGUMAS ANÁLISES PARA OS CENÁRIOS FUTUROS

Marília Borborema Rodrigues Cerqueira¹
Rodrigo Caetano Arantes²

RESUMO

Com as transições epidemiológica e demográfica, a estrutura etária de uma população sofre alterações, instigando mudanças em outras áreas, como na economia, previdência e serviços de saúde, por exemplo, com o escopo de atender às demandas advindas dessas alterações. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a estrutura etária do Brasil e de algumas unidades da federação, com ênfase no processo de envelhecimento populacional. A metodologia adotada foi a elaboração de indicadores de estrutura etária, a partir dos dados de população residente recenseada (2010) e projetada (2020 até 2060 para o Brasil e até 2030 para UFs). Os principais resultados indicam que o processo de envelhecimento brasileiro é célere, somando-se 33,7% de pessoas com 60 anos ou mais em 2060, ou 73,5 milhões de idosos; esses números absolutos perfazem uma Razão de Suporte Potencial (pessoas ativas de 20 a 59 anos em relação aos idosos) de 1,61 para homens idosos e 1,29 para as mulheres idosas, ou seja, pouco mais que uma pessoa ativa para um idoso. As UFs mais envelhecidas, em 2030, serão Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, com percentuais de idosos acima de 20,8. Ressaltam-se os números absolutos de idosos, superiores a 4,6 milhões nessas UFs – há que se pensar em indivíduos precisando de cuidado, companhia, entre outros tipos de suporte; assim como as Razões de Suporte Potencial femininas mais baixas que as dos homens idosos, considerando-se que saem do mercado de trabalho mais cedo e são mais longevas. Os cenários futuros da estrutura etária exigem que a sociedade se debruce sobre esses números, resultados vitoriosos no tocante à sobrevivência e longevidade, e subsídios para o planejamento de ações, visando o redesenho de políticas para o envelhecimento populacional e aumento significativo de pessoas consideradas idosas e, principalmente, aquelas que envolvem os recursos e contratos intergeracionais no que tangem às especificidades das crescentes demandas por cuidado.

Palavras-chave: Estrutura etária, Envelhecimento populacional, Idoso, Relações intergeracionais, Indicadores demográficos.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre condições de vida da população ganham mais força em anos censitários, embora seja constante o consenso entre os pesquisadores da importância das mudanças populacionais na avaliação das limitações e oportunidades para a sociedade humana e a perene necessidade de políticas públicas que se adequem e proporcionem melhores indicadores de bem-estar e qualidade de vida. A variável “população” continuamente esteve presente em alguns debates acirrados, como naqueles travados por

¹ Professora da UNIMONTES, mariliaborboremamoc@gmail.com;

² Professor Pós-Graduação em Envelhecimento Saudável PUC-Goiás, rodrigoarantes1@hotmail.com.

Condorcet e Malthus no século XVIII, revisitados por Alves (2002) e por Carvalho e Brito (2005), entre outros.

Fato é que as populações sofreram e sofrem alterações, decorrentes da transição epidemiológica (mudança no perfil de morbidade e mortalidade da população) e da transição demográfica. Para Brito e Amaral (2020, p. 7), “[...] a transição demográfica é um dos fenômenos estruturais mais importantes da história recente”, que começa com a queda das taxas de mortalidade e, depois de certo tempo, tem-se a queda das taxas de fecundidade. As pessoas estão vivendo mais e tendo um número menor de filhos. Fatores que levam diversos atores da sociedade, estudiosos ou legisladores de políticas públicas, ao questionamento da demanda e necessidade crescente por suporte potencial relacionado, principalmente, aos cuidados na iminência do aumento de pessoas idosas com possíveis incapacidades funcionais, sejam físicas ou cognitivas.

Em análise geral, no que tange ao aumento da população brasileira com 60 anos ou mais, considerada como idosa (BRASIL, 2022), a parcela da população com 60 anos ou mais passou-se de 8,6% do total populacional, no início deste século, ano 2000, para 13,4% em 2019. Nesses 20 anos, de 2000 até 2019, o contingente de pessoas idosas quase dobrou, enquanto a parcela de 0 a 14 anos caiu de 29,6% em 2000, para 21,3% em 2019. Quanto à população em idade ativa e produtiva, de 15 a 59 anos, essa parcela variou de 61,8%, em 2000, para 65,3% do total da população em 2019 (cálculos próprios).

Essa transformação da estrutura etária é consequência da transição demográfica, fenômeno único para cada nação e cujo “[...] aproveitamento é fundamental para o aumento da renda, pois trata-se de uma janela de oportunidade que propicia o crescimento da força de trabalho potencial e a redução da dependência demográfica” (ALVES, 2022, p. 57). Assim, as alterações da estrutura etária também instigam mudanças em outras áreas, como na economia, previdência e serviços de saúde, por exemplo, com o escopo de atender às demandas advindas dessas alterações. **Em consonância, o perfil de adoecimento e morbimortalidade da população tende a mudar, culminando na transição epidemiológica. Tendo em vista que, no Brasil, o aumento do número de doenças crônico-degenerativas ocorre com uma agenda inconclusa de saúde pública marcada, também, pelo aumento de casos de muitas doenças infectocontagiosas, advindas da acentuada desigualdade social, tem-se utilizado a terminologia polarização epidemiológica (ARAÚJO, 2012).**

À luz dos argumentos teóricos, este trabalho tem como objetivo geral analisar a estrutura etária do Brasil e de algumas unidades da federação, com ênfase no processo de envelhecimento populacional. O envelhecimento populacional é a alteração mais marcante da

estrutura demográfica com o processo de transição, observando-se o aumento do número relativo de pessoas idosas, como consequência da queda da fecundidade e, depois, o aumento no número absoluto, como consequência da queda da mortalidade nas idades avançadas (CERQUEIRA; RODRIGUES, 2005). Logo, faz-se imprescindível estudar as particularidades da estrutura etária, principalmente ao se considerar o envelhecimento das gerações filhas da alta fecundidade do passado da população brasileira.

Por meio de indicadores de estrutura etária, ressalta-se o processo de envelhecimento populacional célere do Brasil, destacando-se as Unidades da Federação – UF mais envelhecidas, e as Razões de Suporte Potencial – RSP femininas mais baixas que as dos homens idosos, visto que elas saem do mercado de trabalho mais cedo e são mais longevas.

Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010, p.31) já afirmavam: “uma população envelhecida representa uma série de novos desafios a serem encarados nos próximos anos”. São desafios para o Estado, a sociedade e as famílias, em um *timing* diferente do enfrentado quando se tem populações jovens, implicando na necessidade de redesenho das políticas públicas para o envelhecimento demográfico e, principalmente, aquelas que envolvem os recursos e contratos intergeracionais para uma cultura do cuidado. Tendo por fundamento a ideia de que as tendências demográficas são irreversíveis (CARVALHO; BRITO, 2005), a antecipação dos possíveis cenários com números crescentes de pessoas idosas pode servir de subsídios para as discussões presentes e a tomada de decisões assertivas para fazer frente à nova estrutura etária brasileira, envelhecida.

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo (GIL, 2008) que tem por objetivo analisar o movimento populacional e a estrutura etária. A metodologia adotada foi a elaboração de indicadores de estrutura etária, a partir dos dados de população residente recenseada (2000 e 2010) e projetada (2019, 2020 até 2060 para o Brasil e até 2030 para UFs), coletadas no sítio oficial do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS.

Para fins de operacionalização, a estrutura etária foi dividida em três grupos: 1) Jovens: indivíduos pertencentes ao grupo etário de 0 a 14 anos; 2) População potencialmente produtiva: indivíduos pertencentes ao grupo etário de 15 a 59 anos e 3) Idosos: indivíduos pertencentes ao grupo etário igual ou maior que 60 anos.

Foram elaboradas proporções relativas dos grandes grupos populacionais; índice de idosos; razões de suporte potencial (replicando metodologia adotada por ALVES, 2022) e razões de crianças por pessoas em idade ativa e produtiva. Em todo o desenvolvimento do trabalho, a fundamentação teórica foi possível por meio de pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já se passaram 29 anos que Veras (1994) denominou o Brasil como “país jovem de cabelos brancos”, chamando a atenção para o processo célere de envelhecimento do Brasil, decorrente do rápido declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade, como também exposto por Cerqueira (2014). As alterações da estrutura etária, irreversíveis, revelavam e revelam uma população com número menor de crianças, atualmente (2019) com significativa parcela em idade ativa e produtiva (65,3% da população brasileira total de 15 a 59 anos) e pessoas idosas.

Considerando-se a celeridade do processo de envelhecimento (BRITO, 2008) e a irreversibilidade da transição demográfica, é importante registrar o declínio no total de crianças na população. O indicador de total de crianças por população em idade ativa e produtiva, em 2000, foi igual a 47,9% (ou, para cada 100 pessoas de 15 a 59 anos, existiam aproximadamente 48 crianças de 0 a 14 anos). Para 2060, esse indicador será de 24,4%. Dado o movimento de queda crescente na fecundidade (ALVES, 2022), com a taxa de fecundidade total brasileira abaixo do nível de reposição de gerações (nível de reposição de gerações igual ou superior a 2,1 filhos por mulher, a taxa brasileira está em torno de 1,7 filho por mulher), é esperado que, realmente, haja menor entrada de crianças na estrutura etária.

Faz-se necessário pontuar que a fecundidade é resultado de inúmeros fatores, inclusive, mudanças na nupcialidade e na formação dos arranjos familiares (CAMARANO, 2014). A discussão sobre a possível existência de um valor mínimo para a fecundidade já tem movimentado os demógrafos e, como afirma Camarano (2014, p. 64), “embora em número menor, as famílias continuam tendo filhos”. Como a fecundidade não é objeto de estudo deste artigo, vale registrar que, de acordo com Lutz, Shirbekk e Testa (2006), ainda não há, nas ciências sociais, uma teoria sobre a fecundidade que possa prever o seu futuro. Logo, esse é um tema que precisa de muitas pesquisas.

Continuando com as análises sobre o processo de envelhecimento brasileiro, o Índice de Idosos, que é um indicador que traz os dois grupos mais sensíveis às mudanças na estrutura

etária, que são os grupos de jovens e pessoas idosas (CERQUEIRA; RODRIGUES, 2005), ele era de 28,9% em 2000 e na projeção para 2060, será de 259,6%, ou seja, para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, terão aproximadamente, 260 pessoas com 60 anos ou mais. No que se refere aos contingentes de ambos os grupos, em 2060, registram-se: as pessoas idosas serão quase 33,7% (73,5 milhões de pessoas idosas) e, as crianças, aproximados 13,0% (28,3 milhões).

Entre as unidades da federação (UFs), os estados brasileiros mais envelhecidos, em 2030 (não existem projeções para as UFs para os anos seguintes), serão Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, com percentuais de idosos acima de 20,8. Ressaltam-se os números absolutos de idosos, superiores a 4,6 milhões nessas UFs – há que se pensar em indivíduos precisando de cuidado, companhia, entre outros tipos de suporte.

“A outra preocupação que emerge da projeção de envelhecimento populacional diz respeito à sustentabilidade dos sistemas de previdência pública e privada, dadas as condições vigentes e os prognósticos futuros” (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010) – essa já era a preocupação em 2010 desses autores e, 13 anos depois, reforça-se o olhar no mesmo sentido (o tema sobre a sustentabilidade dos sistemas de previdência também requer uma maior discussão, não objeto deste estudo).

Neste momento, vale pontuar sobre a relação entre o contingente populacional em idade de trabalhar, visto que o Índice de Idosos já tratou dos extremos. É oportuno apresentar as Razões de Suporte Potencial – RSP, que são as pessoas em idades ativas e produtivas (aqui tomadas como as de 20 a 59 anos), em relação às pessoas idosas (60 anos ou mais) – técnica adotada também por Alves (2022). Também, podemos partir pelo pressuposto de pessoas que poderiam ser potencial suporte no que se relaciona aos cuidados destinados às pessoas idosas.

Para a população projetada para o Brasil, a RSP será de 1,4 em 2060, para ambos os sexos; de 1,6 para homens idosos e 1,3 para as mulheres idosas, ou seja, pouco mais que uma pessoa ativa para um idoso. Apesar de não ser objeto deste trabalho, essas razões ressaltam também o grau de dificuldade que os sistemas previdenciários enfrentarão. No tocante às mulheres, as RSPs femininas mais baixas que as dos homens idosos, revelam o fato das mulheres saírem do mercado de trabalho mais cedo e são mais longevas, logo, o numerador do indicador diminui enquanto o denominador cresce. Nas projeções de Alves (2022), a RSP para ambos os sexos, para o Brasil, em 2100, será de 1,1, enquanto no mundo será de 1,7 adulto de 20 a 59 anos para cada idoso com 60 anos ou mais.

Nos estados mais envelhecidos do Brasil, as RSPs, em 2030, para ambos os sexos, serão: no Rio Grande do Sul, igual a aproximados 2,2; no Rio de Janeiro, igual a 2,5; São

Paulo, 2,7; Paraná, também aproximadamente 2,7 e Minas Gerais, 2,6 – valores que devem ser analisados a partir da data das projeções, uma vez que os resultados para o Brasil e o de Alves (2022), são para anos futuros (2060 e 2100, respectivamente). Essas RSPs trazem à tona a questão dos contratos intergeracionais, instigando a discussão de “quem cuidará de quem?” e “como fica o equilíbrio dos sistemas de previdência?”

Tendo em vista a dimensão do Brasil, faz-se necessário citar que há vários estágios da transição demográfica, como também ressaltado por Vasconcelos e Gomes (2012). A UF que se apresentará menos envelhecida, em 2030, de acordo com as projeções, terá um percentual de pessoas idosas igual a 10,1%, com aproximadamente 101.720 pessoas idosas, e uma RSP para ambos os sexos igual a 5,8, ou seja, quase 6 pessoas em idade ativa e produtiva, de 20 a 59 anos, para um idoso.

Contudo, é imprescindível citar que o atual momento, com grande contingente em idade ativa e produtiva, da ordem de 65,3% em 2019, no Brasil, oferece um “bônus demográfico” que, bem aproveitado (ALVES, 2015), pode gerar condições de vida adequadas para o futuro, com maior percentual da população idosa. Igualmente, o envelhecimento populacional, quando bem aproveitado, também se transforma em bônus (ALVES, 2022). É possível adotar políticas para estender o período do bônus demográfico, estimulando a reinserção de pessoas idosas que querem trabalhar, no mercado de trabalho, considerando-se a expertise desse grupo. E, ainda, elaborar políticas para a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e, por mais tempo. Além de políticas públicas destinadas a formas de cuidado, seja habitacional, financeiro, redes de relações sociais ou mão de obra específica como formação de cuidadores para o maior número de pessoas idosas na população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste artigo, tendo executado o objetivo geral de analisar a estrutura etária do Brasil, com ênfase no processo de envelhecimento populacional, vale registrar algumas inferências e propor questionamentos. A principal refere-se ao processo de envelhecimento brasileiro célere, irreversível, considerando-se seu principal determinante que é a queda de fecundidade, logo, parcelas cada vez menores de crianças na população. Frisa-se a necessidade de políticas públicas voltadas à maior demanda de cuidados em uma população com maior número de pessoas idosas com potenciais limitações físicas ou cognitivas.

Algumas indagações são propostas: quais melhores alternativas para os cuidados das pessoas idosas, tendo em vista a mudança na dinâmica familiar (menor número de filhos e inserção das mulheres, que são culturalmente, as potenciais cuidadoras, que estão inseridas no mercado de trabalho, inviabilizando a responsabilidade, porventura, necessária de cuidados às pessoas idosas no entorno familiar)? Existe uma proeminente pressão por formação de cuidadores formais, sendo que alternativas também são plausíveis de discussão, como o fato da institucionalização de pessoas idosas em condições de insuficiência familiar ou financeira na gestão dos cuidados.

A transformação na estrutura etária brasileira é algo relativamente novo na história da humanidade e no Brasil, em especial, implicando em demandas diferentes em todos os setores (saúde, habitação, esporte e lazer, previdência, acessibilidade, dentre outros) e para as quais não há uma receita pronta. No que se relaciona à acessibilidade, por exemplo, as cidades brasileiras estão preparadas para o maior contingente populacional de pessoas idosas? Na imperativa desigualdade social, o envelhecimento populacional é igualitário em oportunidades de acesso a demandas por saúde, educação e cultura, por exemplo?

Portanto, abre-se a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas agendas de pesquisas sobre o tema, contemplando outras áreas afins. Porque os cenários futuros da estrutura etária exigem que a sociedade se debruce sobre esses números que, a priori, se apresentam como resultados vitoriosos no tocante à sobrevivência e longevidade, e subsídios para o planejamento de ações, visando o redesenho de políticas para o envelhecimento humano com equidade e velhice onde prevaleça a pluralidade, sempre visando o bem-estar individual.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.D. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. **Textos para Discussão ENCE**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, n. 4, 2002.

ALVES, J. E. D. O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil. **Revista Portal de Divulgação**, n.45, Ano V. Jun/Jul/Ago. 2015.

ALVES, J. E. D. **Demografia e Economia**. Nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI. Rio de Janeiro: ENS, 2022.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. S.; CARVALHO, A. A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. **Textos para Discussão CEPAL – IPEA**. LC,BRS,R. 224. Brasília, DF: CEPAL, Escritório no Brasil, IPEA, 2010.

ARAÚJO, D. Polarização epidemiológica no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** 2012; 21(4):6.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, que altera a Lei nº 10.741. Brasília, DF, 2022.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

BRITO, F.; AMARAL, P. V. M. Transição demográfica e a desigualdade entre os países. **Texto para Discussão n. 625**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, Ago. 2020.

CAMARANO, A. A. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. In.: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARVALHO, J.A.M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005.

CERQUEIRA, M.B.R.; RODRIGUES, R.N. Envelhecimento populacional: algumas questões. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.7, n.2, jul./dez. 2005.

CERQUEIRA, M. B. R. **Idosos vivendo com HIV/AIDS: vulnerabilidade e redes sociais em Belo Horizonte (MG), 2013**. Tese (Doutorado em Demografia), Belo Horizonte, 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

LUTZ, W.; SHIRBEKK, V.; TESTA, M. R. The low-fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. **Vienna yearbook of population research**. v. 4, p. 167-192, 2006.

VASCONCELOS, A.M.N.; GOMES, M.M.F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 21(4):539-548, out-dez 2012.

VERAS, R.P. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ; 1994.